



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Verônica Aparecida Pinto Lima

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS
REGULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA
QUESTÃO LINGUÍSTICA**

**Rio de Janeiro-RJ
2010**

NOME DO ALUNO: VERÔNICA APARECIDA PINTO LIMA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS
REGULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA
QUESTÃO LINGUÍSTICA**

Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação apresentado à Unirio/Cead como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Especial.

Orientador: Amanda Vargas Pereira

**Rio de Janeiro-RJ
2010**

VERÔNICA APARECIDA PINTO LIMA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS
REGULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA
QUESTÃO LINGUÍSTICA**

Avaliação: _____ (_____)

Avaliado por:

Nome
Professor Orientador

Nome
Professor(a) Leitor(a)

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2010.

**Rio de Janeiro-RJ
2010**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho acadêmico aos meus queridos Alunos Surdos, que estiveram e sempre estarão presentes em minha vida, me impulsionando em busca de novos conhecimentos.

À minha família que me apoiou incessantemente durante a trajetória dos estudos, com paciência e dedicação.

Às minhas queridas amigas do Projeto de Parceria Saúde, Educação de Surdos e Família, que acompanharam e fizeram parte deste trabalho com muita dignidade, respeito e esforço na garantia dos direitos de uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a elaboração deste TCC: minha família, que me incentivou constantemente nas pesquisas; alunos Surdos, colegas de trabalho, amigos que contribuíram com o enriquecimento teórico-prático da prática pedagógica exercida em escola regular da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e a orientadora com seu carinho, atenção e muita paciência.

EPÍGRAFE

“Aprende-se Libras para conhecer melhor as pessoas, o mundo, o pensamento, refletindo, construindo e constituindo-se de amor e respeito pelas diferenças. Aprender Libras é respirar a vida por outros ângulos, na voz do silêncio, no turbilhão das águas, no brilho do olhar. Aprender Libras é aprender a falar de longe ou tão de perto que apenas o toque resolve todas as aflições do viver, diante de todos os desafios audíveis. Nem tão poético, nem tão fulgas... apenas um Ser livre de preconceitos e voluntário da harmonia do bem viver.” LUIZ ALBERTO B. FALCÃO

RESUMO

Este estudo teve como finalidade promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo a inclusão dos alunos Surdos nas escolas em turmas do ensino regular da rede pública de Educação, principalmente quanto à questão da comunicação e a construção de conhecimento, numa proposta bilíngue_ Língua de Sinais (L1) e Língua Portuguesa (L2). Assim como se percebem as relações entre ouvintes (professores e colegas) e Surdos, numa fundamentação sócio-histórico-cultural no uso das línguas em questão. “Os/as alunos/as surdos/as, quando perguntados/as sobre como se sentiam estudando com os/as ouvintes, quase a totalidade deles/as afirmou que tal situação exige muito sacrifício, paciência e esforço, o que se contrapõe ao objetivo fundamental da educação inclusiva de acolher todas as diferenças em ambientes que proporcionem uma educação de qualidade para todo/as.”(PEDREIRA,2007:3) E com a proposta da inclusão quais os obstáculos que profissionais e familiares encontram no decorrer deste processo, mesmo garantida por lei. Serão observadas as problemáticas existentes, através da coleta de dados e observações realizadas durante as práticas pedagógicas oferecidas pelo curso. Obviamente será constatado que o grande desafio da inclusão não são os alunos Surdos e nem os que apresentam qualquer deficiência, mas sim um sistema hegemônico de relações, arraigadas historicamente e ainda resistentes às mudanças.

Palavras-chave: Surdos, inclusão, bilíngue, escolas, professores, Libras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. OBJETIVO GERAL.....	2
2. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	2
DESENVOLVIMENTO.....	3
1. JUSTIFICATIVA.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
3. RELATO COMENTADO.....	8
4. PROPOSIÇÕES.....	12
CONCLUSÃO.....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ANEXOS.....	17

INTRODUÇÃO

Vivenciamos atualmente mudanças políticas, econômicas e socioculturais que refletem no âmbito educacional. E dentro deste contexto as abordagens e propostas educacionais para os alunos Surdos vêm se modificando, ao longo do tempo, e até hoje são alvos de intensos debates entre educadores, linguistas, terapeutas, Comunidade Surda como os citados por (FELIPE- 1989) em “Bilinguismo e Surdez” e (FELIPE- 1987) “Escola Inclusiva e os Direitos Linguísticos dos Surdos”, dentre outros. Aos poucos novos conceitos e paradigmas ganham força de argumento, ao ponto de contribuírem no esforço de implementação de novas políticas públicas em direção aos direitos das pessoas (neste caso) Surdas, conquistarem seus espaços como cidadãos numa Cultura e Língua próprias, segundo (TESKE- 1998) “A Surdez, os Surdos e as Relações de Poder(es): um Olhar sobre o Processo de Formação das Comunidades Surdas”.

A inclusão de alunos Surdos nas escolas regulares da rede pública de educação ainda é um grande desafio. E neste presente trabalho será feita uma reflexão crítica sobre os complexos problemas e situações que ocorrem nas relações entre professor/aluno Surdo e vice-versa, em uma prática pedagógica com concepções de educação diversas e muitas das vezes excludentes, em turmas de ensino regular.

“A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola.” (LACERDA, 2006)

Será, também, abordado, como embasamento teórico-político, o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que trata da regulamentação de uma Educação Bilíngue para Surdos, assim como o suporte de alguns pesquisadores que defendem uma Educação Inclusiva Bilíngue de qualidade aos alunos Surdos no contexto escolar.

O trabalho que desenvolvo na rede de apoio da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro/IHA (Instituto Municipal Helena Antipoff), especificamente na modalidade da Sala de Recursos/AEE (Atendimento Educacional Especializado) com alunos Surdos incluídos em turma de ensino regular da EI (Educação Infantil) ao PEJA em escola municipal da 8ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) vem de encontro com a proposta do desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

Este trabalho acadêmico, também tem por finalidade apontar, considerar e questionar a realidade vivenciada pelos alunos Surdos, inseridos em turmas de ensino regular, assim como abordar o grande desafio da atuação da Sala de Recursos, nesta especificidade da Educação Especial, em promover, divulgar, intermediar, assessorar um trabalho bilíngue (Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua e Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua), aprofundando os questionamentos quanto aos conceitos de integração e inclusão e suas implicações no contexto educacional, cultural e social das relações entre Surdos e Ouvintes. Assim como de oferecer um suporte literário e norteador aos professores que buscam desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos Surdos motivando-os a buscarem uma formação qualificada e que os capacitem no trabalho pertinente às políticas públicas.

Diante da complexidade vivenciada na prática, surgiu um grande desejo de realizar este curso de pós- graduação em especialização em educação especial, na área da deficiência auditiva, que prefiro denominar área da surdez, utilizando o termo Surdo, com a letra (S) maiúscula, em vez de deficiente auditivo (D.A), que muito me instigou na busca de respostas e de novas reflexões sobre a inclusão desses Sujeitos nos espaços escolares, na rede pública de educação.

OBJETIVO GERAL

Promover uma reflexão sócio-cultural sobre a problemática que envolve a inclusão de alunos Surdos nas escolas regulares da rede pública de educação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar a importância de um trabalho Bilíngue na prática pedagógica dos professores que atuam com alunos Surdos em turma de ensino regular e em Sala de Recursos, no espaço escolar.

DESENVOLVIMENTO

JUSTIFICATIVA

A história de vida de cada um de nós é construída com base na história da humanidade. Vivenciamos situações e problemas diversos e complexos em meio às relações de diferenças significativas. O que aprendemos ontem nos dá condição de aprendermos hoje de forma diferente. A maneira como conduzimos nossa aprendizagem depende muito da visão que temos nas relações que vivemos.

As relações entre as pessoas com deficiência e as que não possuem deficiência é fato questionável, pois vivemos complexidades de comportamentos, atitudes e valores que nos diferenciam. É óbvia a evidência de uma deficiência física, por exemplo, quando vemos uma pessoa que utiliza a cadeira de rodas, mas por outro lado não é evidente a surdez. A pessoa Surda tem uma forma especial de ver, perceber, estabelecer relações e valores que devem ser utilizados na educação de Surdos, integrada na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade (MOURA- 1996). Em contrapartida percebemos a necessidade de aceitação das diferentes formas de cultura para que possamos buscar um lugar de direitos coletivos na determinação própria de grupos, como nos aponta Bueno (1996).

É fundamental refletir que estamos inseridos em um meio social que marca o indivíduo em suas diferenças e dessas surgem preconceitos, que muitas das vezes nos impedem de avançar e de realizar de fato uma mudança. A abordagem do preconceito linguístico é notória entre a maioria dos profissionais da educação, quando se trata da Língua Brasileira de Sinais, pois que, por não terem o conhecimento a cerca das peculiaridades da surdez e principalmente como os sujeitos Surdos se comunicam, esses profissionais criam estereótipos que prejudicam o desenvolvimento da criança ou jovem Surdo em seu processo de aprendizagem, acarretando um atraso de linguagem e trazendo consequências emocionais, sociais e cognitivas com defasagem na escolarização (LACERDA- 2006). Faz-se necessário a construção de projetos educacionais que possam atender as necessidades dos alunos Surdos, permitindo o acesso, de direito, a uma educação de qualidade.

“No Brasil, como em muitos outros países, a experiência com educação bilíngue ainda se encontram restritas. Um dos motivos para este quadro é, sem dúvida, a resistência de muitos a considerar a língua de sinais como uma língua

verdadeira ou aceitar a sua adequação ao *trabalho* com o surdo” (LACERDA, 1996: 79 *apud*. Silva; NEMBRI, 2003:26).

Nessa lógica é assegurado como direito previsto pelo Decreto nº 5.626/05, que além de regulamentar a Lei nº 10.436/02 e o artigo 18ⁱ da Lei nº 10.098/00 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e sua inclusão nas escolas, assim como toda a estrutura curricular nas grades de nível médio e superior. Oferecendo o direito, ao aluno Surdo (conhecedor de sua própria língua, no caso a Língua Brasileira de Sinais) de ser acompanhado por um intérprete/tradutor nas interlocuções entre ouvintes e surdos no contexto escolar. Mas qual a dinâmica ocorrida dentro das escolas de ensino regular da rede pública? Elas estão estruturadas e preparadas para a inclusão de alunos Surdos? Os profissionais da educação estão preparados para receberem em suas salas de aula alunos Surdos? E as Salas de Recursos? Há profissionais conhecedores e proficientes da Língua Brasileira de Sinais e da Cultura Surda? Infelizmente em nossa rede pública municipal do Rio de Janeiro, ainda não contam com os profissionais Intérpretes/Tradutores, na interlocução entre Surdos e ouvintes e nem com Instrutores/Monitores/Assistentes Educacionais Surdos que possam viabilizar a aprendizagem da LIBRASⁱⁱ.

Uma das grandes questões a serem refletidas é o trabalho da cultura de colaboração entre alunos e professores, construindo, coletivamente, atividades que atendam as necessidades desses alunos, que também poderá trazer vantajosa participação entre Surdos e ouvintes.

É fundamental que nós, professores conheçamos nossos alunos, não se apoiando no que falta neles, mas ter uma idéia, mesmo que vaga, sobre o que eles possuem o que eles trazem e o que eles são. (VYGOTSKY, 1989b *apud* MONTEIRO, 1998)

“O significativo não é a deficiência em si mesma, não o que falta, mas, como se apresenta sou processo de desenvolvimento” (MONTEIRO, 1998, p.75).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vivemos na sociedade da visualidade, da esteticização da realidade, da transformação do real em imagens, cujas consequências para o homem contemporâneo poderão ser a do anonimato sobre o pessoal, a do imaginário sobre o real. (JOBIM e SOUZA, 2000- Discussões Teóricas, CAMPELLO- Estudos Surdos II) .

Antes de se questionar uma estrutura educacional de qualidade para os alunos Surdos, se faz necessário refletir sobre de quem estamos falando: o Surdo. Sujeito que aperfeiçoa sua experiência visual na organização interna (biopsico) e externa (social) numa interligação cultural e assim estabelecendo as bases de uma Língua que privilegia a forma concreta do seu pensamento: a Língua de Sinais. Porém este contexto de desenvolvimento somente se torna viável, quando lhe é proporcionado os meios adequados para a sua construção. E esta muitas vezes lhe é negado, alegando ser algo sem significado, pois que não contempla um “homem contemporâneo”. Tornando-o assim um anônimo cheios de sonhos e imaginações.

Apesar de seu anonimato o Surdo estará sempre imerso no mundo de experiências visuais e através delas construindo ideias e pensamentos sobre a vida, fazendo sua leitura de mundo, criando conceitos, estabelecendo suas próprias regras. Porém ao se deparar diante do grupo majoritário (ouvintes) “tenta” compreender e, muitas das vezes, acompanhar um modelo social que não contempla suas experiências visuais, mas que o impõe a se adaptar a um contexto oral- auditivo, que tem como base uma forma ideológica de poder.

“As representações sociais de modo geral analisam na sua forma discursiva na linguagem em que se estimulam a respeito de suas identidades imaginárias, isto é, sendo concebidos como seres ouvintes, em uma dimensão histórica no contexto agradável e aceitável para a sociedade.”(STROBEL,2007)

E nessa concepção surge o estigma de que o Surdo para sair de seu anonimato deve desconstruir conceitos de uma cultura silenciosa para uma cultura da deficiência.

A concepção que a sociedade tem dos Surdos é que são pessoas que precisam ser “normalizadas”, “tratadas”, “curadas”. São concepções que durante muitos anos marcaram e ainda marcam o preconceito de que as pessoas Surdas só poderão ter sucesso na vida se forem ensinadas a “ouvir”, com o uso de próteses auditivas, e atualmente com o advento dos implantes cocleares; fazendo leitura labial e treinamentos vocais constantes com a possibilidade de apropriação do conhecimento, fora isso ficam segregados e são “utilizados”

como mão de obra barata, no mercado de trabalho. E no contexto escolar é reproduzida uma cultura em que as crianças Surdas são trabalhadas por metodologia oralista, desenvolvendo uma forma de comunicação que desconhece a(s) Língua(s) _ de Sinais e também a Portuguesa_ e acabam assumindo a posição de D.A (deficiente auditivo) em detrimento de uma Cultura Surda. Quem é esse Sujeito Surdo? Qual sua identidade? Das vivências visuais ou da imposição oralizada?

“De fato, quanto mais insistem em colocarem 'mascaras' nas suas identidades e quanto mais manifestações de que para os surdos é importante falar para ser aceitos na sociedade, senão eles ficam nas suas próprias sombras, medos, angústias e ansiedades, as opressões das práticas ouvintistas são comuns na história passada e presente para o povo surdo.”
(STROBEL, 2007)

Mas vislumbramos outros caminhos, que foram conquistados por Comunidades Surdas, e hoje estão sendo, pouco a pouco, inseridos no contexto sócio-histórico-cultural do país, através das políticas públicas. E temos como um desses caminhos a regulamentação da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)_ Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002_ como Língua oficial para o povo Surdo Brasileiro, estabelecendo com o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 a sua inclusão como disciplina curricular. Fica marcada, historicamente, a grande possibilidade de mudanças tanto nas relações políticas e sociais, quanto na educacional, oportunizando discussões e enfrentamentos sobre novas concepções da surdez.

Debates, discussões, estudos são realizados ao longo do tempo e divulgados, através das Comunidades Surdas sobre as línguas de sinais existentes no mundo e no Brasil (FELIPE,1997).

Durante as práticas pedagógicas foi observado que há ainda, grande distância da inclusão entre os alunos Surdos, numa turma de ensino regular, com alunos ouvintes, como é proposto pela Política Educacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/janeiro-2008, MEC. Ficou evidente a não adequação de estratégias e adaptações utilizadas para o ensino da Língua Portuguesa e outros conteúdos de outras disciplinas. Numa escola inclusiva é preciso que toda a Comunidade Escolar tenha clareza que não há como os alunos Surdos aprenderem da mesma forma que os alunos ouvintes, ficando explícita a lógica da homogeneidade, que parte do princípio que os iguais precisam ser agrupados entre os iguais e que a escola acaba excluindo do seu espaço os que são considerados diferentes.

A inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno Surdo no espaço escolar, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos. (PORTARIA nº555/2007/MEC). Apesar de todo acolhimento e simpatia por colegas e professores ouvintes, há necessidade de buscar o conhecimento em que realize um trabalho de valorização das diferenças, pautado no desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo e seu preparo para estar inserido no contexto social (LORENZETTI, 2002:8). E nesta perspectiva é observado, também o que há de mais importante entre Surdos e ouvintes para a efetiva comunicação: a LÍNGUA. Uma Língua que não somente favoreça a comunicação entre todos, mas principalmente a aquisição do conhecimento (Língua Brasileira de Sinais- L1: primeira língua e Língua Portuguesa- L2: segunda língua). O Decreto nº 5.626/05 deixa bem claro, no seu artigo 14ⁱⁱⁱ, capítulo IV, inciso II: *ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos*; assim como no inciso V: *apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos*;

Apesar do respaldo da Lei e Decreto, citados anteriormente, e mais a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, mesmo assim ainda há necessidade de se desconstruir concepções clínicas que ficaram arraigadas nas relações entre Surdos e ouvintes: Tem defeito, tem que ser consertado, caso não consiga se “adaptar” ele é incapaz ou apresenta outros problemas de ordem neurológica e não específica.

“Percebe-se, contudo, concretamente, a necessidade de uma transformação objetiva quanto às atitudes, aos estereótipos e aos imaginários sociais que correspondem ao poder e ao saber clínico/terapêutico; transformação essa que implica toda uma desconstrução das grandes narrativas e dos contrastes binários (Bauman,1991; Silva, 1995) presentes nessa educação; uma trajetória que implica, também, toda uma revisão sobre questões relacionadas com as identidades, as linguagens e o multiculturalismo dos surdos.” (SKLIAR,1997)

Os profissionais e familiares que estão envolvidos com alunos/sujeitos Surdos precisam buscar conhecimentos e informações, para transformar tais concepções em posturas mais reflexivas, e assim perceber como ocorrem as múltiplas experiências visuais dos Surdos

no contexto sócio-cultural. Estes precisam ter a oportunidade de construir sua própria identidade, através de uma escola inclusiva com professores conscientes das diferenças, sabedores da LIBRAS, interessados, participativos, competentes, assim como as famílias conscientizadas dos seus deveres, a partir de seus direitos em busca da melhoria do ensino para os seus filhos Surdos nas escolas.

A construção de uma educação inclusiva nas escolas de ensino regular da rede pública de educação começa a partir do reconhecimento das suas diferenças significativas com o convívio e o enfrentamento de novos desafios em um mundo globalizado. É extremamente necessário que conheçamos o outro reconhecendo nele sua capacidade criadora e independente, respeitando e compreendendo essas diferenças como potencial de transformação de vida, de mundo.

“(…) compreender a surdez como diferença significa reconhecer politicamente essa diferença.” (SKLIAR, 1997)

RELATO COMENTADO

O presente trabalho contou com as informações e interações, tanto das práticas pedagógicas, realizadas em uma escola da rede pública de educação do município do Rio de Janeiro, como do projeto de pesquisa elaborado anteriormente na Disciplina de Metodologia deste curso de pós- graduação.

Foi utilizada como metodologia uma coleta de dados, através de questionário semi-estruturado, análise dos dados fundamentados na proposta de inclusão dos alunos Surdos e proposições indicativas que venham a colaborar para reflexões da práxis nas escolas inclusivas.

Foram observados grupamentos de alunos ouvintes e Surdos de uma escola da rede pública de educação, onde dos 30 alunos ouvintes, 2 eram Surdos, com domínio razoável em Língua de Sinais, ambos de uma turma de 5º ano de escolaridade. Porém era notória a necessidade que esses alunos tinham, durante o intervalo das aulas, de se encontrarem com outros colegas Surdos, de outras turmas a fim de travarem diálogo com seus pares. Fica evidenciada a grande necessidade da comunicação que efetiva a construção de sentimentos, pensamentos, novas ideias, enfim da leitura de mundo, segundo concepções dos Surdos, mas que ainda não é socializada e compartilhada por todos, tornando esse grupo uma minoria, que para muitos, ainda é “estranha”.

A escola ainda não possui profissionais fluentes em Língua de Sinais (Intérprete-ouvinte e Instrutor- Surdo), com exceção da professora da Sala de Recursos/AEE (Atendimento Educacional Especializado), que atende os alunos Surdos em seu contra- turno.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Após observações no período das práticas pedagógicas, em escola da rede pública de ensino regular, foi possível realizar com alunos ouvintes, alunos Surdos e professor, da turma observada, questionário semi- estruturado a fim de perceber como ocorre o processo de aprendizagem linguística dos alunos Surdos no espaço escolar juntamente com os ouvintes e como se efetiva as relações entre os grupos.

De acordo com as respostas dos alunos ouvintes não há problemas de relacionamento com os colegas Surdos, demonstrando grande interesse em aprender a LIBRAS, a fim de estreitar o mesmo. Porém é interessante ressaltar que esse grupo acredita numa efetiva compreensão de todas as questões e situações que são colocadas oralmente e diariamente, através da interlocução de outra pessoa, que saiba se comunicar com os colegas Surdos através da LIBRAS_ Intérprete/ Tradutor da Língua de Sinais_ criando assim acesso ao conhecimento.

Os alunos ouvintes, também só perceberam essa necessidade, devido ao trabalho de acompanhamento da professora da Sala de Recursos/AEE da própria escola, fluente em Língua de Sinais (atualmente realizando um curso de extensão para a formação de Intérprete/Tradutor em Língua de Sinais) e com isso facilitando, tanto a reflexão sobre o profissional intérprete em LS (Língua de Sinais) que deve ou deveria acompanhar este aluno Surdo em turma de ensino regular, como o acesso ao conhecimento e outras situações ocorridas em sala de aula.

Outro fato interessante abordado nas respostas dos alunos ouvintes é que se faz necessário que TODAS as pessoas que atuam na escola saibam se comunicar com os colegas Surdos através da LIBRAS, concluindo que somente desta maneira poderão construir seus conhecimentos.

Enquanto que os alunos Surdos argumentaram, em Língua de Sinais, através da mediação da professora da Sala de Recursos/AEE, a grande dificuldade de compreenderem colegas e professores ouvintes na questão da comunicação, assim como na escrita da Língua Portuguesa, percebendo-se como um grupo isolado, mesmo com a acolhida da professora de turma regular e dos colegas ouvintes.

Neste momento fica-se registrada a necessidade reflexiva de mudança. Não basta a acolhida e simpatia do grupo para uma inclusão. Faz-se necessário a mudança de paradigma desconstruindo o “deficiente auditivo” para o “Surdo” imerso num mundo culturalmente visual.

“É necessário refletir sobre (...) em relação à construção de uma pedagogia visual, campo desconhecido pela maioria, levando em consideração a realidade do ensino, principalmente quanto à aquisição da linguagem e dos recursos didáticos do ensino às pessoas surdas no âmbito escolar.” (CAMPELLO, 200, p:128)

Quanto ao conhecimento da cultura Surda pelos alunos Surdos, ficou evidente que os mesmos ainda não têm informações suficientes para opinarem. Há uma preocupação desses alunos em aprenderem a Língua Portuguesa escrita a fim de se sentirem “iguais”. Percebe-se, pelo trabalho de conscientização realizado pela professora da SR/AEE, que esses alunos iniciam um processo de mudança de identidade (ouvintista para Surda), porém necessitando que seus familiares participem deste contexto.

Ao abordar os alunos Surdos quanto à participação familiar foi relatado que somente a família de um deles é interessada e disponível a utilizar a LS em ambiente doméstico. A professora de SR/AEE tem uma parceria com a fonoaudióloga, que faz os atendimentos da grande maioria dos alunos Surdos da escola, da Assistente Social, ambas de um posto de saúde local, assim como com outra professora de SR/AEE de outra escola da rede, que procuram, através de um trabalho de conscientização, divulgar uma abordagem bilíngue nos espaços em que atuam, promovendo ações permanentes entre os alunos Surdos e suas famílias na troca de experiências e fortalecimento das relações, assim como valorizar a Língua e a Cultura Surda por meio da inclusão e acessibilidade. Os alunos Surdos acreditam que com um Interpretador em LS no contexto da escola iria facilitar o desenvolvimento linguístico e favorecer a construção dos seus conhecimentos.

Nota-se neste posicionamento que já vem ocorrendo algumas reflexões nas relações entre alunos Surdos e pessoas ouvintes no contexto escolar observado.

De acordo com o posicionamento da professora da turma observada ficou claro que não há uma metodologia específica para os alunos Surdos. As aulas são ministradas, em sua grande parte, através de debates orais com registros e atividades escritas sobre temas abordados durante as mesmas. Fica notória uma “exclusão” para o aluno Surdo, pois que esta metodologia não contempla uma inclusão linguística necessária. E como consequência observa-se a grande dificuldade de comunicação sem uma Língua.

“(…) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes.”(*FELIPE, 1997*)

A professora pontuou como positivo o esforço e interesse dos alunos Surdos quando são expostos ao contato da LS, na interlocução feita entre a professora da SR/AEE, mas argumenta como extremamente necessário aprender a LIBRAS, a fim de, não somente travar uma comunicação, como também construir o conhecimento com os alunos. E sugere que tenha um profissional Intérprete de LS em sala de aula no acompanhamento das atividades. Acredita que tanto os alunos Surdos como os ouvintes tenham as mesmas vivências e que precisam de apoio para melhor compreender o que é abordado em sala de aula.

Para a efetiva inclusão dos alunos Surdos em turma de ensino regular é necessário que os profissionais tenham clareza de quem estamos falando e sobre o que está sendo falado. As experiências visuais dos alunos Surdos não são as mesmas dos alunos ouvintes. A começar pelo sentido que predomina nesses Sujeitos: Surdos privilegiando mais intensamente o canal visual e ouvintes o canal audível, portanto vivências diferentes.

Outra questão a ser analisada é a concepção de que os alunos Surdos só são surdos e que podem aprender normalmente como os ouvintes, porém precisando de auxílio para compreender o que está sendo falado. E o Intérprete em LS irá proporcionar os meios para que esses alunos aprendam efetivamente. Neste contexto, há necessidade de esclarecimentos, informações e estudos reflexivos sobre uma Educação de Surdos que possa contribuir na des(construção) de concepções de ensino, se queremos uma inclusão junto a alunos ouvintes. Os alunos Surdos não aprendem da mesma forma que os alunos ouvintes.

Será preciso uma metodologia que contemple as experiências visuais e a Cultura Surda, a fim de estudos e organização curricular quanto à aprendizagem de duas Línguas: LIBRAS e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita. Tendo profissionais Surdos e ouvintes, fluentes nas duas Línguas.

“O discurso atual é o de **Inclusão**: “Escolas especiais são segregadoras, excludentes!” Mas de que adianta colocar uma criança surda em uma sala de ouvintes se ela não conseguirá aprender e apreender tudo que está sendo ensinado em português? Por que não ensiná-la em LIBRAS, quando já se sabe que ela iria se desenvolver muito mais rapidamente e realmente iria compreender tudo que fosse ensinado. Por que não utilizar uma metodologia apropriada para ensino de português para surdos se até para estrangeiros já existem metodologias específicas?”(FELIPE, 1997)

Outro ponto a destacar é sobre o papel do Intérprete Educacional como o interlocutor entre duas línguas no contexto da Educação de Surdos. Este profissional ainda não é visto com a função de intermediar as duas línguas e sim como alguém a mais, no contexto da sala de aula, que irá “ajudar” o aluno Surdo a compreender o conteúdo da disciplina.

PROPOSIÇÕES

As proposições argumentadas nesse trabalho acadêmico têm o objetivo de levantar várias reflexões quanto a mudanças de ações da práxis escolar na construção da Inclusão de alunos Surdos nas Escolas da Rede Pública de Educação, principalmente quanto à questão lingüística:

- 1- A Língua Brasileira de Sinais deve fazer parte do currículo escolar, contemplando uma estrutura que respeite a Cultura Surda e proporcionando aos alunos Surdos a opção de serem avaliados em Língua de Sinais ou por escrito em Língua Portuguesa;
- 2- O aprendizado da Língua Brasileira de Sinais deve começar desde cedo pelas crianças Surdas, de preferência por um Professor ou Instrutor/Monitor/Assistente Educacional Surdos, nas escolas;
- 3- O aprendizado da segunda Língua (Língua Portuguesa, na modalidade escrita) deve ser ministrado por professor fluente nas duas Línguas (LIBRAS e Língua Portuguesa) e conhecedor da Cultura Surda;

- 4- Contratação de profissionais Intérpretes/Tradutores em Língua de Sinais que não só acompanhem o processo de aprendizagem dos alunos Surdos, mas que estejam inseridos na Comunidade Surda e que tenham formação acadêmica;
- 5- Reflexão sobre como o sujeito Surdo percebe e vive num mundo visual, ampliando questionamentos quanto a uma metodologia que atenda suas necessidades, assim como a clareza sobre as atribuições do profissional Intérprete/ Tradutor Educacional;
- 6- Pesquisas e estudos de uma Pedagogia Visual que possa ser inserida no contexto linguístico dos alunos Surdos, proporcionando uma metodologia adequada para o ensino das diversas disciplinas do currículo escolar e assim possibilitando a construção de projetos educacionais;
- 7- Busca de parcerias, principalmente com as famílias, na construção de uma educação de qualidade para os alunos Surdos, propondo discussões e participações em encontros, seminários, enfim construindo uma Comunidade Surda;
- 8- Ampliação das parcerias com outros profissionais da Saúde e Assistência Social, a fim de proporcionar maiores informações e esclarecimentos quanto a direitos e deveres e a conscientização de que os Surdos são sujeitos capazes e independentes, numa abordagem sócio-cultural;
- 9- Valorização da Cultura Surda;

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho acadêmico é possível, a partir do momento que a Lei e Decreto sejam politicamente cumpridas, através da conscientização e articulação dos profissionais e familiares envolvidos com uma realidade reflexiva, em ações concretas, que viabilizem de fato uma educação inclusiva para os alunos Surdos nos espaços de escolas de ensino regular.

Com efeito, para que o aluno Surdo alcance autonomia discursiva numa segunda língua, em sua modalidade escrita, faz-se necessário uma política que contemple não apenas o contexto educacional e de escolarização, mas também o linguístico, familiar e cultural. É neste contexto que reflexões devem ser feitas sobre a Educação de Surdos como diálogo, troca de experiências, relações interpessoais entre Surdos e ouvintes, enfim o exercício do “*olhar para o outro*”, sem máscaras, sem piedade, sem preconceitos, mas com a grande possibilidade de construção de conhecimento.

A inclusão dos alunos Surdos nas escolas regulares da rede pública de educação deve ser vista como um novo paradigma. As marcas de domínio de uma língua sobre a outra devem ser eliminadas, a partir do momento em que TODOS os envolvidos nesse processo tenham consciência do RESPEITO ÀS DIFERENÇAS, principalmente as linguísticas, buscando através de um trabalho conjunto entre profissionais Surdos e ouvintes, uma prática com novas atitudes e novas concepções sobre EDUCAR e INCLUIR.

“Finalizando, podemos concluir que os novos embates e debates, agora, à luz de uma Escola Inclusiva que pressupõe uma Sociedade Inclusiva, não poderão mais ficar em dualismos maniqueístas: ouvintes x surdos, Escola Ensino Regular x Escola e Ensino Especial, Escola de Surdos x Escola de Ouvintes, que subjazem uma ideologia conservadora.” (FELIPE-2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, José Geraldo Silveira. *Surdez, linguagem e cultura*. São Paulo: Edu/PUC, 1996.
- CAMPELLO, A.R de S. *Pedagogia Visual/Sinal na Educação dos Surdos*. In: QUADROS, --
_____. R.M. PERLIN, G.(organizadoras). *Estudos Surdos II*. Rio de Janeiro, Petrópolis:
Arara Azul, 2007.
- FELIPE, T. A. *Bilingüismo e Surdez*, Revista Trabalhos em Lingüística Aplicada. Campinas-
SP, 1989.
- FELIPE, T. A. *Escola Inclusiva e os direitos lingüísticos dos surdos*, Revista Espaço.
_____. Rio de Janeiro: INES, Vol. 7. 1997.
- FELIPE, T.A. *A função do Intérprete na escolarização do Surdo*, Anais do Congresso Surdez
e Escolaridade: Desafios e Reflexões- Congresso Internacional do INES, setembro/2003, Rio
de Janeiro.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vygotsky um século depois*. Juiz de Fora: EDUFJF,
1998.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem
alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência*. São Paulo, Campinas. Cadernos
_____. Cedes, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.
- LORENZETTI, Maria Lúcia. *A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das
professoras*. Revista Espaço. Disponível em
_____. <<http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18.htm>> Acessado em
21/08/2010.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007,
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília,
_____. 07/01/2008.
- MONTEIRO, Mariângela da Silva. *A educação especial na perspectiva de Vygotsky*. In:
_____. MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*.
São Paulo: PUC, tese de doutoramento, 1996.
- PEDREIRA, Sílvia Maria Figueiro. *Porque a Palavra não adianta: Um Estudo das
Relações entre Surdos/as e Ouvintes em uma Escola Inclusiva na perspectiva intercultural*.
_____. Rio de Janeiro: INES. 2007

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei 10.436 de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, _____D.O.U de 23/12/2005, Brasília.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade, D.O.U de 20/12/2000, Brasília.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, D.O.U de 25/04/2002, Brasília.

QUADROS, R.M. de. *Educação de Surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas*. Artigo publicado no livro pós- congresso “Temas em Educação Especial IV”, pela EDUFSCar. Disponível em <http://www.ronice.ced.ufsc.br/publicacoes/edu_surdos.pdf> _____Acessado em 21/08/2010.

SKLIAR, C.B. *Bilinguismo e biculturalismo. Uma Análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos*. Rio Grande do Sul: Programa de Pós Graduação em Educação, set. 1997.

SKLIAR, C.B. *Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças*. In: Skliar, C.B. (Org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, p.5-6, 1998.

STRÖBEL, K.L. *História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas*. _____In: QUADROS, R.M. PERLIN, G.(organizadoras). *Estudos Surdos II*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Arara Azul, 2007.

TESKE, O. *A Surdez, os Surdos e as Relações de Poder(es): um Olhar sobre o Processo de Formação das Comunidades Surdas*. Anais do Seminário Surdez, Cidadania e educação: Refletindo sobre os Processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro: _____INES, Divisão de estudos e Pesquisas. 1998.

ANEXOS

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS OUVINTES PARA TCC DA PÓS- GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO
ESPECIAL COM ESPECIALIZAÇÃO NA SURDEZ-UNIRIO

1- Como você se sente estudando junto a colegas Surdos?

2- Quais as disciplinas que têm mais dificuldades? E as que têm mais facilidades?

3- Você conhece a LIBRAS?

SIM NÃO UM POUCO

Caso não conheça, teria interesse em conhecer e aprender a LIBRAS?

SIM NÃO

Por quê?

4- Como se comunica com seus colegas Surdos?

5- Sugestões:

QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS SURDOS PARA TCC DA PÓS- GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO
ESPECIAL COM ESPECIALIZAÇÃO NA SURDEZ-UNIRIO

1- Como você se sente estudando junto a colegas ouvintes?

2- Quais as disciplinas que têm mais dificuldades? E as que têm mais facilidades?

3- Há Intérprete educacional que te acompanha durante as aulas?

4- Você conhece os direitos dos Surdos no Brasil? Quais?

5- De qual grupo você participa?

SURDOS

FAMÍLIA

ESCOLA COM OUVINTES

SALA DE RECURSOS COM SURDOS

6- Marque com um (X) o que você conhece e utiliza:

LIBRAS

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA

LEITURA LABIAL

PRÓTESE AUDITIVA

7- Sugestões:

Obs.: As respostas serão filmadas ou escritas pela pesquisadora, segundo escolha e autorização dos alunos Surdos.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES PARA TCC DA PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO
ESPECIAL COM ESPECIALIZAÇÃO NA SURDEZ-UNIRIO

1- Como ocorre o contato entre os alunos Surdos e ouvintes?

2- Os recursos utilizados para o ensino e aprendizagem dos alunos Surdos são os mesmos dos alunos ouvintes? Por quê?

3- Apresenta dificuldades para ensinar os alunos Surdos? Por quê?

4- Quais as potencialidades que os alunos Surdos apresentam?

5- Como é o desempenho escolar dos alunos Surdos?

6- Há Intérprete Educacional em Língua de Sinais no contexto da escola?

() SIM () NÃO

Qual sua opinião sobre a importância desse profissional?

7- Tem conhecimento da LIBRAS? () SIM () NÃO

Qual sua fluência? () BOA () MEDIANA () INSUFICIENTE ()
NENHUMA

Justifique?

8- Qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos Surdos em turma de ensino regular?

9- Sugestões:

ⁱ Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

ⁱⁱ A Rede Pública da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro conta, atualmente, com a contratação de profissionais Intérpretes Educacionais e Instrutores Surdos no acompanhamento de alunos Surdos incluídos em turmas regulares do ensino fundamental. Interessante ressaltar que foi uma conquista, esta iniciada por um grupo de mães com seus filhos matriculados nas escolas públicas da rede. As mesmas fazem parte de um projeto intitulado: Projeto Parceria Saúde, Educação de Surdos e Família, que muito contribuiu na busca do cumprimento deste direito, garantido por lei, para seus filhos Surdos, através do Ministério Público.

Atualizado em julho/2011

ⁱⁱⁱ Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.